



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 15º andar
 Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 352/2025/DD/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 27 de novembro de 2025.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável

- 1.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**
- 1.1.2. Nome da autoridade competente: **JOSÉ UBIRATAN REZENDE SANTANA**
- 1.1.3. Número do CPF: *****.646.925-****
- 1.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Coordenação-Geral de Educação, Arte e Cultura do Campo - DDE**
- 1.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portarias de 5 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2025.**

1.2. UG SIAFI

- 1.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **373001 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/DOF-1.**
- 1.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **373083 - Diretoria de Desenvolvimento Sustentável/Coordenação-Geral de Educação, Arte e Cultura do Campo - DDE**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

- 2.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**
- 2.1.2. Nome da autoridade competente: **ROZANA REIGOTA NAVES**
- 2.1.3. Número do CPF: *****.614.311-****
- 2.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **154040 - Universidade de Brasília - Departamento de Geografia/Instituto de Ciências Humanas.**
- 2.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Decreto de 22 de novembro de 2024, publicado em 22 de novembro de 2024 - Edição: 225-A, Seção: 2 - Extra A, página: 1.**

2.2. UG SIAFI

- 2.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **154040 - Universidade de Brasília - UnB**
- 2.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **15257 - Universidade de Brasília - Departamento de Geografia/Instituto de Ciências Humanas.**

3. OBJETO:

- 3.1. **Realizar a III Pesquisa Nacional sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - III PNERA - Egressos e territorialidades.**

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

4.1. O projeto contará com a implementação de metodologias e técnicas de caráter misto. Assim, alguns procedimentos estarão eleitos e orientados para cumprir o caráter qualitativo e outros para o caráter quantitativo dos fenômenos egressos e as territorialidades do PRONERA.

4.2. Para a realização das análises quantitativas será estruturado um banco de dados acerca dos estudantes do PRONERA, detalhando quantidade de vagas, distribuição espacial, origem, diversidade institucional, datações e, dentre O projeto contará com a implementação de metodologias e técnicas de caráter misto. Assim, alguns procedimentos estarão eleitos e orientados para cumprir o caráter qualitativo e outros para o caráter quantitativo dos fenômenos egressos e as territorialidades do PRONERA. Para a realização das análises quantitativas será estruturado um banco de dados acerca dos estudantes do PRONERA, detalhando quantidade de vagas, distribuição espacial, origem, diversidade institucional, datações e, dentre O projeto contará com a implementação de metodologias e técnicas de caráter misto. Assim, alguns procedimentos estarão eleitos e orientados para cumprir o caráter qualitativo e outros para o caráter quantitativo dos fenômenos egressos e as territorialidades do PRONERA. Para a realização das análises quantitativas será estruturado um banco de dados acerca dos estudantes do PRONERA, detalhando quantidade de vagas, distribuição espacial, origem, diversidade institucional, datações e, dentre outros cursos. Esse banco de dados tomará como base as documentações armazenadas ao longo de quase três décadas, a ser recuperada, analisada e as informações pertinentes representadas. Esses dados serão objeto de análise e mapeamento para identificar e eleger as tipologias e perfis interessantes, bem como, por consequência, iniciar um processo amplo de consulta entre egressos e instituições que realizaram curso do PRONERA para identificar casos relevantes da produção de territorialidades transformadoras da política. Esses dados serão objeto da produção de representações gráficas, bem como da elaboração de mapas que facilitem a identificação da distribuição geográfica do fenômeno, bem como a sua comparação multitemporal. Outros dados confrontados, oportunizarão uma compreensão mais próxima da compreensão multidimensional do fenômeno. Nesse sentido, estamos verificando a possibilidade de analisar a condição socioeconômica dos sujeitos em sua atual fase com o objetivo de verificar o perfil dos egressos do PRONERA em escala nacional.

4.3. A abordagem qualitativa será protagonizada especialmente por meio da implementação da metodologia História Oral, uma vez que parte do nosso objetivo é analisar e identificar a transformação da vida de egressos de todo o Brasil. A História Oral possibilitará verificar a construção dos significados da Educação do Campo na trajetória, bem como a transformação produzida a partir da apropriação e operacionalização do conhecimento adquirido ao longo do processo formativo criado pelo PRONERA. A análise e compreensão dos significados e intenções será uma parte relevante, mas a análise da trajetória até a sua construção como um caso bem-sucedido de formação também oportunizará o acesso à identificação dos elementos comuns existentes em todos os casos de sucesso do PRONERA que alcançaram a condição de agentes de transformação socioterritorial em diferentes regiões do Brasil. A partir deste relevante trato e dentre outras abordagens ainda em debate e amadurecimento, visamos realizar por meio das seguintes ações organizativas e cooperativas:

- a) Implementar ações inspiradas na História Oral com egressos de cursos de diferentes níveis do conhecimento previstos dentro do quadro de perfis de cursos do PRONERA;
- b) Mapear exemplos inspiradores que transformaram territórios de Reforma Agrária;
- c) Identificar as instituições de destaque e buscar compreender como alcançaram determinado resultado;
- d) Estabelecer conexões por meio da análise comparativa entre perfis de distintas unidades federativas visando aprimorar os resultados da política por meio da identificação dos casos bem sucedidos e dos atributos fundamentais;
- e) Formar equipes especializadas e estabelecer análises considerando a diversidade de áreas do conhecimento e proporcionalidade.

4.4. A realização da pesquisa é composta por metas e resultará em uma ampla diversidade de variáveis obtidas e informações produzidas. Elas serão transformadas em produtos, sendo alguns fundamentais para o trabalho interno da equipe enquanto outros serão destinados à uma divulgação mais ampla com a finalidade de apresentar os resultados para a sociedade. Desta maneira, estamos prevendo inicialmente a geração dos seguintes resultados:

- a) Entrega definitiva de um sistema permanente de monitoramento dos dados quantitativos do Pronera – modalidades e áreas; territórios, estudantes, e outros a serem definidos;
- b) A elaboração de 1 (um) relatório por superintendência dos egressos e territorialidades por modalidade, sendo, portanto, um total de 30 relatórios;
- c) A confecção de relatórios por modalidade e área de formação dos egressos e suas territorialidades, a serem definidas na metodologia da pesquisa;
- d) Organização e publicação dos relatórios das modalidades e áreas de formação dos egressos e territorialidades;
- e) Organização de 2 livros com os debates acerca dos resultados do PRONERA;

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

5.1. A Educação do Campo reúne conhecimentos e saberes e é condição estratégica ao desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária, sem a qual as demais ações tais como assistência/assessoria técnica, crédito, produção, comercialização, infra-estrutura e tecnologia ficam comprometidas em sua efetividade. Autores diversos da própria comunidade acadêmica relacionam objetivamente não apenas os impactos da educação do campo, mas especialmente a sua indissociabilidade com a construção e o desenvolvimento territorial baseado em lógicas sustentáveis e comunitárias.

5.2. Há reconhecimento por parte dos grupos sociais que vivem no campo e das instituições públicas que desenvolvem projetos, que um dos grandes desafios para a plena utilização das potencialidades do meio rural está na mudança radical do acesso a escolarização formal para estes sujeitos. Muito mais do que ofertar políticas públicas paliativas orientadas ao amparo imediato, a possibilidade de alcançar níveis mais elevados de instrução e dotação técnica produz desenvolvimento territorial (Fernandes, 2006; Camacho, 2021, 2019, 2016a, 2016b). Portanto, conclui-se que o investimento em educação do campo é, não obstante e por consequência, também investimento em desenvolvimento territorial.

5.3. O PRONERA é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010, mas constituída por meio de um conjunto de acúmulos de forças de movimentos e organizações populares do campo, bem como tradicionais que, por ventura, envolvem sujeitos das florestas e das águas de diferentes biomas. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino, para beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Incra.

5.4. Em razão da educação ser um direito básico e fundamental previsto na Constituição Federal do Brasil, promovê-la para o campo brasileiro é mais do que um simples desafio a ser enfrentado pelo Estado. Ela se trata de uma demanda absolutamente necessária ao seu tempo atual e ao futuro de um campo sustentável e uma agricultura agroecológica. Mais do que ofertar qualidade de vida individual, o Programa tem como objetivo o fortalecimento da educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção da inclusão social com desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Camacho & Fernandes, 2017).

5.5. O respeito, a valorização e o reconhecimento da centralidade do modo de vida, dos valores, dos princípios e da totalidade da cultura camponesa e tradicional, dentre muitos outros, passam a ser elementos essenciais para a formulação de um modelo pedagógico que não apenas rompa com as lógicas urbano céntricas, mas que também seja capaz de reconhecer como essencial o envolvimento popular e a existência de saberes, vínculos e interesses populares que devem se conectar com lógicas territoriais e produtivas dos quatro cantos do Brasil (Caldart, 2000a, 2000b). Esse modelo educativo se baseia num relevante horizonte de autonomia que, via-de-regra, busca construir desenvolvimento territorial para diferentes comunidades articuladas (Camacho & Fernandes, 2017).

5.6. Da mesma maneira, a educação do campo, enquanto política de desenvolvimento territorial, deve ser compreendida de acordo com a multidimensionalidade do território (Fernandes, 2015; Haesbaert, 2010). Isso quer dizer que ela produz desdobramentos que podem e devem ser compreendidos desde a indissociabilidade de diferentes dimensões do território: econômica; política; social; ambiental; cultural (Santos & Silveira, 2001). Razão que se embota de sentido à medida em que verificamos a diversidade de cursos que contribuam de modo específico para a promoção destas distintas dimensões do território brasileiro e dos territórios camponeses.

5.7. Seu objetivo geral, em razão da envergadura de suas metas, das complicações da questão agrária em que se encontra inserido (Carvalho, 2005; SOBREIRO FILHO, et. al. 2018) e de seus desafios perante as complicações políticas atuais, se desdobra em objetivos específicos que, por sua vez se expressam em ações singulares que geram projetos educativos nos diferentes níveis e modalidades que compreendem a tipologia de níveis educativos. Dentre elas, destacamos aqui as principais, em virtude de suas respectivas contribuições, a saber:

- a) Garantir o acesso a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos nas áreas de Reforma Agrária;
- b) Assegurar a escolaridade e a formação de educadores (as) para atuar na promoção da educação fundamental nas áreas e territórios de Reforma Agrária;
- c) Ofertar a formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores (as) de jovens e adultos - EJA - e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária;
- d) Fornecer escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento nas áreas de Reforma Agrária;
- e) Garantir o acesso aos cursos de especialização, residência agrária e pós-graduação stricto sensu/mestrado nas áreas de Reforma Agrária;

5.8. O Pronera nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. As perspectivas oriundas da educação popular, dentre elas a Educação do Campo, constituíram-se em relevantes construções que foram o resultado das primeiras lutas e pautas após o avanço da constituição de uma sociedade mais democrática. Isso significa dizer que o avanço do processo democrático no campo nos diz que não bastava apenas dar terra, mas também a educação era necessária como instrumento tão relevante quanto os da lida com a terra para a resolução dos problemas da Questão Agrária (Caldart, Cerioli & Fernandes, 1998). Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadoras e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

5.9. O PRONERA está instituído como Programa por meio da Lei n.º 12.695/2009; regulamentado pelo Decreto n.º 7.352/2010 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária por meio da Coordenação – Geral de Educação, Arte e Cultura do Campo. A construção de um estatuto jurídico, o desenho e implementação da regulamentação, bem como a execução de toda a política são os ingredientes necessários para a transformação do PRONERA em uma política capaz de surtir impactos em termos de desenvolvimento territorial. Em outras palavras, as décadas de existência do PRONERA, permitiu que ações reais de educação fossem garantidas e que o programa fosse, pouco a pouco, sendo aprimorando e ganhando novos contornos.

5.10. Do outro lado, essa construção amplamente protagonizada pelos movimentos socioterritoriais se encontra com a agenda do governo diretamente em suas diferentes representações, bem como também a disputa e, em muitos casos, a desafia de maneira direta e objetiva como expressão das contentious politics (Tarrow, 2011; Routledge, 2003, 2007). Isso ocorre porque o PRONERA é um exemplo de política pública de Estado que ganha contornos distintos e novos desenhos a cada um dos governos que assume a presidência (SECCHI, 2013). Seu orçamento, portanto, é consequência de circunstâncias conjunturais e da estruturação de um governo engajado com as causas sociais e a promoção de políticas populares orientadas ao desenvolvimento territorial sustentável do campo brasileiro.

5.11. Assim, as ações do PRONERA significam o empenho do governo brasileiro na promoção da justiça social e o desenvolvimento territorial no campo por meio da democratização do acesso à educação - alfabetização e escolarização de jovens e adultos, formação de educadores para as escolas de assentamentos e formação técnicoprodissional de nível médio e superior. Da mesma forma, o PRONERA revela o compromisso com a educação como mecanismo popular coletivamente elaborado para viabilizar a implementação de novos padrões de relações socioterritoriais no trabalho, na organização do território, na construção e defesa das comunidades e nas relações com a natureza nas áreas de Reforma Agrária visando assegurar projetos agroecológicos e sustentáveis.

5.12. O PRONERA, na condição de uma política popularmente constituída, fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas com a educação. Essa postura assegura ao PRONERA uma dinâmica favorável à sua chegada e realização em áreas do Brasil profundo e que muitas vezes não são objetivamente inseridas nos circuitos de circulação de capitais de modo

intenso ou mediante oportunidades recorrentes para as populações do campo (SILVEIRA & SANTOS, 2001). Assim, o desafio da interiorização do PRONERA, bem como também a apropriação da população camponesa dos espaços universitários centrais dispostos em capitais, regiões metropolitanas e/ou áreas de influência de outra natureza.

5.13. Essas instituições, localizadas nos mais distintos espaços do Brasil, criam, por meio dos projetos, a oportunidade de exercitar e realizar ações com a coparticipação dos movimentos socioterritoriais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, articulados em torno dos objetivos do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social. Esse movimento permite que as oportunidades cheguem até o público que, não obstante da concepção de espaço e território (SANTOS, 2008; FERNANDES, 2005), transformarão ambos com a finalidade de assegurar melhores condições de vida para a comunidade e de existência coletiva global de modo sustentável.

5.14. Essa complexidade socioterritorial e institucional garantiu a penetração em diferentes capitais e regiões do Brasil profundo, o PRONERA formou 192 mil estudantes de diferentes níveis. Esses estudantes oriundo de diferentes biomas são oriundos de 545 cursos realizados entre 1998 e 2024. Com dezenas de instituições de ensino credenciadas, a política do PRONERA tem sido objeto de estudo e pesquisa em solo nacional, conforme aponta Camacho (2019), Arroyo et. al. (2005), e internacional (MEEK, 2015, 2020; Meek & Tarlau, 2016; Meek & Simonian, 2017; Meek & Lloro-Bidart, 2017; Meek et. al. 2017; Tarlau, 2016, 2019; Mariano, Hilário & Tarlau, 2016). Em razão da dimensão de sua proposta, dos contornos que ganhou com o tempo e em virtude da sua importância, torna-se absolutamente relevante aprofundar as pesquisas sobre as naturezas socioterritoriais do fenômeno “egresso” do PRONERA.

5.15. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em parceria com o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PRONERA, realizou em 2004 a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – I PNERA, criando um diverso e rico Banco de Dados que identificou a demanda e caracterizou a oferta educacional existente em 5.595 assentamentos criados pelo Incra localizados em 1.651 municípios brasileiros. A partir desta pesquisa, o INEP passou a levantar dados sobre a educação básica nos assentamentos. O levantamento revelou informações educacionais de 525 mil famílias, de uma população de 2,6 milhões de pessoas. Foram pesquisadas 8.679 unidades escolares localizadas nos assentamentos ou em seu entorno rural.

5.16. Esses resultados foram relevantes porque passaram a permitir uma primeira política, mesmo que meio desajustada ainda, associada ao planejamento do que deveria ser a Educação do Campo. Sendo muito mais fruto da tensão e das negociações, na verdade, a pesquisa apontou que necessidades básicas e problemas estruturais ainda precisam ser resolvidos de maneira contundente em diversas regiões do Brasil, embora alguns espaços fossem considerados focos prioritários (algumas áreas do nordeste, a ocupação ao longo da rodovia transamazônica, espaços de violência etc.).

5.17. Os dados da I PNERA indicaram baixos níveis de oferta educacional, notadamente de Nível Médio e Superior para os trabalhadores rurais das áreas de Reforma Agrária. No entanto, a enorme demanda não atendida priva-os não só do direito à educação, mas provoca dificuldades significativas para a concretização de projetos mais arrojados de desenvolvimento dos assentamentos, na perspectiva de alterar as matrizes de produção tecnológica vigentes, na direção de projetos voltados à organização da economia solidária, sustentável e da agroecologia.

5.18. Em outras palavras, é fundamental destacar que no cotidiano do trabalho e da lida isso se desdobra em uma renda muito acanhada, no empobrecimento sistemático, na ampliação do abismo existente entre os mais abastados em relação aos menos abastados. Este, dentre uma ampla diversidade, é apenas mais um dos inúmeros problemas que obviamente está vinculado a muitos outros em um efeito de reação em cadeia. Não obstante, a resolução por meio de um engajamento entre diferentes instituições que organizam, harmonizam e alinham as suas forças e potencialidades com o fito de avançar na criação e oferta de oportunidades políticas favoráveis à realização ampla de ações de desenvolvimento territorial de caráter popular.

5.19. A universidade pública, que conforme Darcy Ribeiro, vive uma crise histórica, encontra aí importante papel a cumprir, estimulando a reflexão teórico-metodológica sobre a questão agrária brasileira, promovendo o debate crítico e proposições a respeito dos fundamentos pedagógicos e socioeconômicos para um modelo de desenvolvimento sustentável que reconheça e incorpore a importância dos grupos sociais vinculados à produção familiar do campo para a soberania, segurança alimentar e qualidade de vida do povo brasileiro.

5.20. Em outras palavras, é possível afirmar com toda segurança que o PRONERA é um desafio enorme para as universidades em razão da dinâmica, histórico e intenção urbano-cêntrica que povoam todos os interesses e relações em termos amplos (Arroyo, 2005; Camacho, 2021). No entanto, ao mesmo tempo, o PRONERA oferece para a universidade pública a possibilidade em sua proposta democrática e popular, de fato, indo muito além dos espaços urbanos, desafia a universidade pública brasileira (estaduais e federais) a compor um novo repertório de ações, de forma de lidar, de propostas político-pedagógicas, de formas complexas de pensar e trabalhar com o tempo, práticas de engajamento com os territórios das águas, das florestas e dos campos. Trata-se de um relevante “choque de realidade” que lembra as universidades públicas a imprescindibilidade em se formar um modelo/proposta educativa não apenas para o campesinato, mas que o envolva como um protagonista do processo emancipatório mediado pela prática educativa (FEIRE, 2019).

5.21. Isto implica pensar nos elementos que podem contribuir para a transformação da instituição universitária e o papel social do conhecimento científico a partir de uma visão transformadora da educação. Essa educação é, portanto, transformadora não apenas da universidade pública, mas especialmente da universidade pública, fazendo com que ela seja obrigada a superar seus limites institucionais e burocráticos. O que nos impõe o desafio de conceber novas formas de atuação para as universidades públicas e a construção de ações que promovam os processos de transformação imprescindíveis à busca de maior igualdade e de justiça social.

5.22. A participação de grupos sociais rurais diversos e de diversas regiões do Brasil em projetos que visa garantir o aumento da sua escolaridade (ensino fundamental; médio; técnico profissional), especialmente o acesso à educação superior, a exemplo dos cursos de Pedagogia da Terra; Geografia; Engenharia Agronômica; Licenciatura em Ciências Agrárias; Enfermagem; História; Gestão de Cooperativas; Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento; Especialização em Agroecologia, entre outros, sinalizam importantes mudanças no interior das universidades, nos movimentos sociais e comunidades rurais nas quais atuam estes sujeitos, indicando caminhos e diferentes incursões teóricas que contribuem para a construção de um conhecimento emancipatório

5.23. A parceria da universidade com instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas voltadas para formação e qualificação do campo é, portanto, extremamente benéfica. A universidade pública abre, assim, um espaço de produção de conhecimento a serviço das questões de interesse social coletivo, com base na escuta das demandas reflexões dos diferentes grupos sociais

5.24. Diante da necessidade de avaliação do PRONERA como política pública no seu 13º ano de execução, desenvolveu-se, em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, a II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária- II PNERA, publicada em 2015. A II PNERA teve como objetivo a organização e atualização dos resultados do PRONERA (1998-2010) em número de projetos em

todos os níveis e modalidades por UF, por área do conhecimento, além de dados relativos à idade, gênero, entre outras informações, caracterizando-se como um levantamento quantitativo para demonstrar o alcance da política com o fim de subsidiar avaliações e eventuais revisões a serem feitas em relação à sua implementação.

5.25. A PNERA II, publicada em 2015, realizou o levantamento de dados listados abaixo para os anos 1998- 2011.

- 1.1. Número de cursos ofertados por nível/por área do conhecimento/por estado;
- 1.2. Número de estudantes formados ofertados por nível/por área do conhecimento/por estado;
- 1.3. Caracterização do curso;
- 1.4. Caracterização do(a) professor(a)/educador(a);
- 1.5. Caracterização do(a) educando(a);
- 1.6. Caracterização da instituição de ensino;
- 1.7. Caracterização da organização demandante;
- 1.8. Caracterização do parceiro;
- 1.9. Caracterização da produção bibliográfica/artística/tecnológica do Pronera;
- 1.10. Caracterização da produção bibliográfica/artística/tecnológica sobre o Pronera.

5.26. A importância daquela Pesquisa para a consolidação do Programa foi crucial, uma vez que demonstrou a capilaridade das ações e o alcance dos níveis, modalidades e áreas de conhecimento dos cursos, o que, empiricamente, observamos na realidade, tanto em relação ao processo de desenvolvimento dos assentamentos e dos próprios assentados(as) quanto em relação ao valor público e social atribuído ao programa pelas organizações representativas dessa população e pelo próprio governo (Paula et. al., 2025).

5.27. A necessidade de avaliação qualitativa dos resultados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA com o fito de construir indicadores para ajustar suas ações às novas necessidades educacionais impostas pela realidade das áreas de Reforma Agrária é que justifica a presente proposição, qual seja a de realizar uma nova Pesquisa correspondendo a III PNERA.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
() Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

OBS: O presente TED será executado, no que tange à capacidade técnica do objeto, pelo corpo técnico especializado da UnB e pesquisadores de outras IE convidadas, e, no que tange ao apoio operacional administrativo, por meio da contratação de particular (Fundação de Apoio) com quem a UnB celebrará contrato administrativo de prestação de serviços de apoio logístico e operacional, conforme artigo 16, §3º, I e II em consonância com o §5º do Decreto 10.426/2020 e regras estabelecidas na Lei nº 8.958/1994.

8. CUSTOS INDIRETOS:

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- () Sim
() Não

8.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

8.2.1. Para os custos indiretos conforme decreto 10.426/25 foi reservada uma previsão de aproximadamente 20% do valor do financiamento, o que corresponde a R\$ 1.118.906,00 (um milhão cento e dezoito mil novecentos e seis reais

8.2.2. A Fundação será responsável pela execução financeira do projeto, o que inclui a realização de todos os pagamentos, a orientação na prestação de contas junto aos órgãos competentes, bem como a gestão dos recursos. Além disso, a Fundação prestará assessoria jurídica e financeira, garantindo o cumprimento das obrigações legais e a correta aplicação dos recursos, como: pagamento

de pessoal, locação de espaços, compra de material, e contratação de serviços.

9. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCIERO

Metas	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Ínicio	Fim
Meta 1	Realizar III Pesquisa Nacional sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Egressos e territorialidades	meses	25	268.537,44	6.713.436,00	data da assinatura	30/12/2027
Etapa 1	- Planejamento e definições dos cursos que comporão a pesquisa; - Organização das equipes temática; - Definição dos territórios e cursos para pesquisa - contratação da fundação de apoio	mês	4	255.181,79	1.020.727,16	30/11/2025	30/12/2027
Etapa 2	Coleta de dados Pesquisa de Campo de caráter qualitativo e quantitativo	mês	8	134.050,37	1.072.402,96	15/01/2026	30/08/2026
Etapa 3	Análise preliminar dos dados coletados	mês	4	191.604,17	766.416,68	01/09/2026	30/12/2026
Etapa 4	Seminário de avaliação parcial e final sobre os dados da pesquisa	und	2	627.210,59	1.254.421,6	01/08/2026	30/06/2027
Etapa 5	Análise dos dados final	und	4	190.305,90	761.223,60	01/12/2026	01/06/2027
Etapa 6	Sistematização dos dados	mês	6	164.237,50	985.425,00	01/04/2027	30/11/2027
Etapa 7	Elaboração dos produtos por temática	und	6	75.420,83	452.524,98	01/04/2027	30/11/2027
Etapa 8	Publicações dos resultados - Cadernos Temáticos (sistematização, revisão, diagramação editoração, arte e publicação impressa)	und	3	98.678,61	296.035,83	01/08/2027	30/11/2027
Etapa 9	Produção do Relatório prestação de contas	und	1	104.258,61	104.258,61	01/11/2027	30/12/2027

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês/Ano	Valor
Novembro/2025	2.000.000,00
Março/2026	2.713.436,00
Junho/2026	2.000.000,00

11. **PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD**

Código da Natureza da Despesa	Custo Indireto	Valor Previsto
339039	Não	5.594.530,00
339039	Sim	1.118.906,00

Observações: 1. Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.
 2. A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.

12. **PROPOSIÇÃO**

Brasília, na data da assinatura digital

ROZANA REIGOTA NAVES

Reitora

Universidade de Brasília - UnB

13. **APROVAÇÃO**

Brasília, na data da assinatura digital

JOSÉ UBIRATAN REZENDE SANTANA

Diretor

Diretoria de Desenvolvimento Sustentável

Incra

Observação:

Autoridade competente para assinar o TED.

Observações:

1. Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.

2. A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.



Documento assinado eletronicamente por **José Ubiratan Rezende Santana, Diretor(a)**, em 27/11/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Usuário Externo**, em 19/12/2025, às 21:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26477472** e o código CRC **1A179559**.